

XVII JORNADA ACADÊMICA DO MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS PARA A EDUCAÇÃO



MEDICALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO NOS PROCESSOS DE SILENCIAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Lucijane Ferreira da Silva
Cristiane Muller
Camilo Darsie

Universidade de Santa Cruz do Sul

Eixo Temático 04: Políticas públicas, currículo e sociedade

A escola, como espaço de produção de saberes e de socialização, tem sido atravessada por práticas que reduzem dificuldades de aprendizagem e sofrimentos vividos no cotidiano escolar a diagnósticos clínicos e prescrições medicalizantes. Esse movimento transfere ao indivíduo a responsabilidade por problemas que, em grande medida, são de ordem social, cultural, política e pedagógica (Laval, 2004; Safatle, 2019).

No presente texto, partimos da concepção de que a racionalidade neoliberal reforça mecanismos de controle, produtividade e adaptação às exigências do mercado, precarizando o trabalho docente e naturalizando o sofrimento psíquico dos profissionais. Nesse cenário, o silenciamento emerge como efeito da soma de dois processos: o discurso médico que individualiza, patologiza e captura os espaços educacionais e a racionalidade neoliberal que legitima a lógica médica em prol da produtividade, enfraquecendo/capturando possíveis resistências.

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a articulação entre os processos de medicalização da educação e a lógica do neoliberalismo, analisando de que forma tais fenômenos incidem no silenciamento dos profissionais da educação básica. Para analisar esses impactos, será utilizado dos conceito-ferramentas medicalização da educação e neoliberalismo, de modo a compreender os impactos desses movimentos na vida escolar e apontar possibilidades de contracondutas.

DISCURSO MÉDICO E MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A medicalização da educação, compreendida como o processo de deslocamento de dificuldades escolares e sociais para diagnósticos clínicos e prescrições medicamentosas, tornou-se uma prática recorrente no contexto das políticas públicas educacionais e da organização do trabalho docente. Longe de ser um fenômeno isolado, trata-se de um dispositivo que atua na produção de verdades sobre sujeitos escolares, legitimando modos de existir e silenciando resistências. Ao mesmo tempo, articula-se com a racionalidade neoliberal, que reforça o imperativo da produtividade, da adaptação ao mercado e da responsabilização individual (Laval, 2004).

Na escola, as experiências de sofrimento, de dificuldade de aprendizagem e de conflito social são, muitas vezes, transformadas em “transtornos” ou “disfunções” que localizam no indivíduo o problema. Esse deslocamento retira a dimensão pedagógica, cultural e política dos desafios escolares, favorecendo explicações de ordem médica. Como destacam Collares e Moysés (2010), a medicalização opera um duplo apagamento: desconsidera a complexidade da vida escolar e responsabiliza o estudante por sua própria exclusão. Assim, a lógica do déficit e da falta torna-se a lente privilegiada para interpretar a experiência educativa, reforçando práticas de rotulação que naturalizam desigualdades.

Importa destacar que essa análise não se confunde com a negação da necessidade de políticas inclusivas voltadas ao público da educação especial. O que se problematiza é o movimento mais amplo pelo qual a escola, ao adotar uma lógica medicalizante, estende categorias diagnósticas para toda e qualquer experiência escolar que não se encaixe no padrão esperado. Nesse processo, o aluno considerado “especial” corre o risco de ser reduzido apenas à sua condição clínica, mas não é o único alvo da patologização: todos os estudantes, em diferentes situações de sofrimento ou dificuldade, podem ser capturados por essa racionalidade. Como lembra Patto (2022), as adversidades escolares precisam ser compreendidas em suas historicidades e complexidades sociais, e não transformadas em atributos individuais que culpabilizam o sujeito.

Nesse contexto, a medicalização e o neoliberalismo se encontram na produção de verdades que legitimam o silenciamento. O discurso médico, ao patologizar, dificulta uma compreensão mais ampliada dos processos mentais e comportamentais; já o discurso neoliberal, ao naturalizar a adaptação e a submissão, favorece o apagamento da crítica e incentiva o aumento de aspectos individuais para aumentar a competitividade. Como resultado, tanto estudantes quanto profissionais da educação vivenciam formas de invisibilização e perda de voz, entendendo que certas normas legitimam quem pode falar, existir e/ou resistir a partir dos lugares que cada um ocupa nos espaços discursivos (Butler, 2015).

NEOLIBERALISMO E SILENCIAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A inserção da racionalidade neoliberal nas políticas educacionais brasileiras transformou a organização da escola pública e o sentido do trabalho docente. Sob esse modelo, a educação passa a ser gerida por princípios de mercado: produtividade, desempenho e eficiência substituem os valores da formação humana, da criticidade e reflexão. Como analisa Laval (2004), a escola é reposicionada como uma “empresa de formação”, na qual o professor é tratado como executor de tarefas, responsável por cumprir metas previamente definidas e os alunos meramente consumidores para se preparem para o mercado de trabalho.

Esse reordenamento contribui para o silenciamento dos profissionais da educação por meio da fragmentação da sua atuação e do esvaziamento do debate pedagógico. A imposição de avaliações em larga escala e o uso de indicadores de desempenho como critério de qualidade exemplificam como a racionalidade técnica e gerencial opera para deslegitimar o conhecimento pedagógico e a experiência docente. O professor, nesse contexto, é convocado a se adequar, e não a refletir. Sua função passa a ser monitorada, medida e, em muitos casos, automatizada, esvaziando

o sentido político e formativo de sua atuação.

Simultaneamente, práticas de medicalização da vida escolar reforçam o silenciamento ao transformar manifestações de sofrimento e conflito em diagnósticos clínicos. Collares e Moysés (2010) alertam que esse processo descontextualiza as dificuldades escolares, deslocando o olhar das condições sociais, históricas e pedagógicas para uma lógica individualizante e patologizante. Ao fazer isso, a medicalização reforça a ideia de que tanto alunos quanto professores “falham” por questões internas, apagando os determinantes estruturais da exclusão escolar.

A racionalidade neoliberal e a medicalização convergem ao promover a responsabilização individual e a despolitização das experiências escolares. Como aponta Maria Helena Souza Patto (2022), o fracasso escolar é historicamente produzido, mas passa a ser interpretado como déficit pessoal. Quando esse olhar é estendido aos profissionais da educação, cria-se um ambiente em que a crítica é vista como resistência improdutiva, e o adoecimento psíquico, como fragilidade individual. O sofrimento do professor deixa de ser compreendido como expressão das tensões estruturais do trabalho e passa a ser interpretado como “falta de preparo” ou “inadequação”.

Foucault (2008a), ao discutir o conceito de governamentalidade neoliberal, mostra como o poder atua sobre as condutas, moldando sujeitos que se auto controlam e se auto gerenciam. Na escola, isso se traduz em um docente que internaliza metas, padrões e indicadores como parte de sua identidade profissional. A crítica, nesse cenário, é substituída pela conformidade, e a resistência, pela adaptação.

No campo educacional, esse processo de silenciamento não se limita à negação do direito de fala, mas atua de maneira mais sofisticada, por meio de normas que regulam quais vozes são consideradas legítimas. Butler (2015), ao discutir como a narrativa sobre si mesmo é moldada por dispositivos de poder, afirma que certos sujeitos têm sua fala desautorizada antes mesmo de enunciar. No contexto escolar, isso significa que professores que expressam sofrimento, resistência ou críticas ao modelo vigente muitas vezes são enquadrados como disfuncionais, “negativos” ou inadaptados.

Além disso, a racionalidade neoliberal esvazia o espaço do debate coletivo. Cada indivíduo (professor ou aluno) precisa comandar a sua vida como se fosse uma empresa, sendo incentivado a trabalhar para obter resultados individuais e não dentro de um coletivo, já que vive numa eterna competição.

CONSIDERAÇÕES NÃO FINAIS: AS POSSIBILIDADES DE CONTRACONDUTAS

Diante do cenário em que se predominam práticas do discurso médico e neoliberal, há se a tentativa de procurar por fissuras capazes de contrapor tais práticas. As contracondutas podem ser compreendidas como pequenas práticas do cotidiano em que se busca “fugir” ligeiramente das normas. Em outras palavras, haveria formas de subverter algumas ações para tentar minimizar alguns efeitos, dentro de um contexto micro (Foucault, 2008b). É o exemplo de ações que podem ser pensadas saindo de modelos mais individualizantes e que possuem a possibilidade de serem exploradas dentro de uma coletividade, sendo possível reforçar laços sociais e comunitários, e são

uma tentativa de diminuir traços de individualismo/competitividade para alimentar possibilidades de cooperação.

Para isso, é necessário o constante questionamento acerca das práticas exercidas. Será que nesse caso cabe um encaminhamento de saúde? Será que esse estudante está passando por alguma dificuldade em casa ou na escola que esteja desencadeando esse comportamento? Será que eu posso dar essa matéria curricular de uma forma diferente (ou talvez até subverter o assunto da aula)? Será que eu posso olhar para essa situação de uma forma mais social, cultural, política ou pedagógica? Será que posso incentivar a cooperação na sala de aula em vez de comparar o desempenho entre alunos? Será que é possível pensar em ambientes mais acolhedores nos lugares que ocupo? Quais são as práticas que me são possíveis e de que forma olho para as impossibilidades e/ou dificuldades? Eis aqui um início de uma provocação para pensar possibilidades, cuja discussão precisa ser constantemente incentivada.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Neoliberalismo; Educação básica; Medicalização.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. **Preconceito no cotidiano escolar: a medicalização no processo de ensino-aprendizagem**. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (org.). *Medicalização de crianças e adolescentes: Conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos*. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2010.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população: curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: O neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022.

SAFATLE, Vladimir. **A economia é uma continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral**. In: SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian (Orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. 1. ed. 4. reimp. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2023.